

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0070/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.499/2016 de 29/06/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50720 SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu ordem emanada pela OSO n.231914 deixando de cumprir o horário programado para linha das 08:00 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Garantia do contraditório e ampla defesa.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0070/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.499/2016 de 29/06/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50720 SEMOB - Valor: R\$ 250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 17 de abril de 2.017



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0071/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.612/2016 de 29/06/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50758 SEMOB - Valor: R\$ 250,00





EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu ordem emanada pela OSO n.134016 deixando de cumprir o horário programado para linha das 05:00 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Garantia do contraditório e ampla defesa.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0071/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.612/2016 de 29/06/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50758 SEMOB - Valor: R\$ 250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 17 de abril de 2.017



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0072/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.609/2016 de 29/06/2016

Auto de Infração de Transporte nº 61296 SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu ordem emanada pela OSO n.254015 deixando de cumprir o horário programado para linha das 15:54 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Garantia do contraditório e ampla defesa.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0072/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.609/2016 de 29/06/2016

Auto de Infração de Transporte nº 61296 SEMOB - Valor: R\$ 250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 17 de abril de 2.017



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0073/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.514/2016 de 29/06/2016

Auto de Infração de Transporte nº 61297 SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu ordem emanada pela OSO n.254015 deixando de cumprir o horário programado para linha das 17:28 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Garantia do contraditório e ampla defesa.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais






PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0073/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.514/2016 de 29/06/2016


Auto de Infração de Transporte nº 61297 SEMOB - Valor: R\$ 250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 17 de abril de 2.017


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0074/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.508/2016 de 29/06/2016

Auto de Infração de Transporte nº 66428 SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu ordem emanada pela OSO n.133014 deixando de cumprir o horário programado para linha das 06:18 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação genérica. Força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Garantia do contraditório e ampla defesa.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
7. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 11 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0074/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.069.508/2016 de 29/06/2016

Auto de Infração de Transporte nº 66428 SEMOB - Valor: R\$ 250,00

ACÓRDÃO

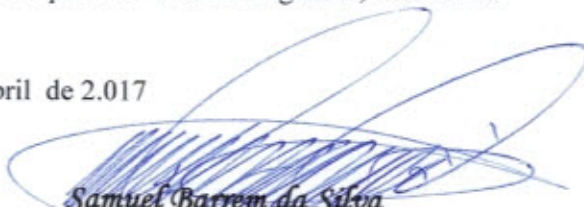
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Paulo César Camargo Ramos; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Marli de Paula Vilella e 6. Jose Edemir Moreira Fernandes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 17 de abril de 2.017



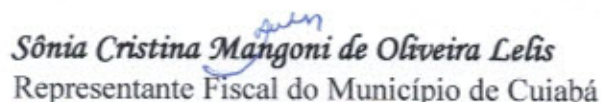
Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0075/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.811/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50698- SEMOB - Valor: R\$177,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Transitar com veículo derramando lubrificante em via pública. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do art. 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do art. 2º, Anexo I, Grupo III, Código de Infração "a" do mesmo diploma legal. Alegação força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0075/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.811/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50698- SEMOB - Valor: R\$177,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Irone Galindo Cademartori; 3. Robson Pereira dos Santos; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 5. Rosbeck Bucair; 6. Waldemar Alves Lopes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 17 de abril de 2.017

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0076/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.857/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64920 - SEMOB - Valor: R\$826,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu ordem emanada pela OSO n. 160415 deixando de cumprir o horário programado para linha das 16:10 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do Anexo I, Grupo V, Código de Infração "a" do mesmo diploma legal. Recurso conhecido. Alegação força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Aplicação Princípio da Especialidade. Enquadramento merece reparo. Manutenção parcial do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância reformada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em pertinência com a conduta do autuado deve ser aplicado o **Anexo I, Grupo III, Código "e"**, devendo o **recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais no Valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)**.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa que declarou válido e subsistente o auto de Infração merece reparo.

Recurso conhecido e provido parcialmente.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0076/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.857/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64920 - SEMOB - Valor: R\$826,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e prover parcialmente** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **reformar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Irone Galindo Cademartori; 3. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 4. Rosbeck Bucair; 5. Waldemar Alves Lopes.

O conselheiro Robson Pereira dos Santos apresentou voto divergente.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 17 de abril de 2.017

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0077/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.815/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50685 - SEMOB - Valor: R\$177,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Transitar com veículo derramando lubrificante em via pública. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do art. 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do art. 2º, Anexo I, Grupo III, Código de Infração "a" do mesmo diploma legal. Alegação força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0077/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.815/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50685 - SEMOB - Valor: R\$177,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Irone Galindo Cademartori; 3. Robson Pereira dos Santos; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 5. Rosbeck Bucair; 6. Waldemar Alves Lopes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 17 de abril de 2.017

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0078/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.037.880/2016-1 de 11/04/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50880- SEMOB - Valor: 10 UPF's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Não atendeu pedido de parada no ponto por 02 idosos. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 58, §3º, Grupo II, Item 203 da Lei nº 1789/81. Reincidência. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Constitui reincidência a pratica de mais de uma infração no período de um ano.
2. Não há que se falar em vício insanável passível de nulidade do auto de infração.
3. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0078/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.037.880/2016-1 de 11/04/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50880- SEMOB - Valor: 10 UPF's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Irone Galindo Cademartori; 3. Robson Pereira dos Santos; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 5. Rosbeck Bucair; 6. Waldemar Alves Lopes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 17 de abril de 2.017

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0079/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.842/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 62720- SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Transitar sem a placa de lateral de itinerário com os principais pontos de parada da linha. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do artigo 3º da Lei nº 446/2003. Infração confessa. Alegação força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Alegação de ausência de requisitos básicos de notificação é de somenas importância e relevância já que confessa a infração
2. Não há que se falar em vício insanável passível de nulidade do auto de infração.
3. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0079/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.842/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 62720- SEMOB - Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Irone Galindo Cademartori; 3. Robson Pereira dos Santos; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 5. Rosbeck Bucair; 6. Waldemar Alves Lopes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 17 de abril de 2.017

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0080/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.821/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50680- SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário estabelecido pela OSO n. 231914 para a linha das 6:05 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do art. 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do art. 2º, Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0080/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.821/2016-1 de 31/05/2016

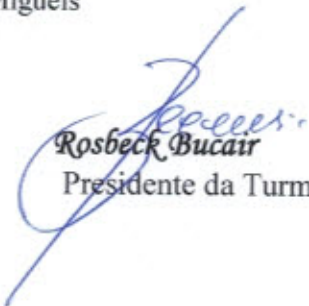
Auto de Infração de Transporte nº 50680- SEMOB - Valor: R\$250,00


ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Irone Galindo Cademartori; 3. Robson Pereira dos Santos; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 5. Rosbeck Bucair; 6. Waldemar Alves Lopes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 17 de abril de 2.017


Rosbeck Bucair
Presidente da Turma


Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0081/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.850/2016-1 de 12/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50696 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário estabelecido pela OSO n. 231914 para a linha das 10:25 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do art. 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do art. 2º, Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0081/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.850/2016-1 de 12/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 50696 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Irone Galindo Cademartori; 3. Robson Pereira dos Santos; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 5. Rosbeck Bucair; 6. Waldemar Alves Lopes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 17 de abril de 2.017

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0082/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.806/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64945 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Descumpriu horário estabelecido pela OSO n. 160415 para a linha das 13:40 hs. Não atendimento as regras impostas ao serviço de transporte Municipal. Infringência do art. 1º, II da Lei nº 5.766/2013. Penalidade aplicada nos termos do art. 2º, Anexo I, Grupo III, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal. Alegação força maior rejeitada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material. Enquadramento correto. Manutenção do auto de Infração. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Presunção de legitimidade e veracidade.
2. Força maior se verifica em fato cujo efeito não era possível evitar ou impedir.
3. Não se verifica nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração a gerar eventual nulidade.
4. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada.
5. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
6. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado.
7. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarou válido e subsistente o auto de Infração.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 2ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 12 de abril do ano 2.017

Acórdão e Ementa nº 0082/2017

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTE URBANO LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.056.806/2016-1 de 31/05/2016

Auto de Infração de Transporte nº 64945 - SEMOB - Valor: R\$250,00

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Irone Galindo Cademartori; 3. Robson Pereira dos Santos; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 5. Rosbeck Bucair; 6. Waldemar Alves Lopes.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 17 de abril de 2.017

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 19 de abril do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0082A/2017

Conselheiro Relator: *Waldemar Alves Lopes*

Recorrente: BIOLÓGICA COMERCIAL E MANIPULAÇÃO MEDICAMENTOS

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso de Ofício processo nº: 0.040.293/2016-1 de 18/04/2016

Auto de Infração/Multa nº 49318 (TN nº 10392)- SMS - Valor: R\$512,76

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Manipular fórmulas sujeitas a regime de controle especial sem recebimento da notificação de receita. Recurso de Ofício. Infringência do art. 35 da Portaria n. 344/MS e na RDC/ANVISA 67/2007 (itens 5.18.4; 5.18.5 e 5.18.7). Penalidade aplicada prevista no art. 721, I a X c/c art. 755, incisos de I a VI do mesmo diploma legal. Recurso não conhecido. Auto de infração cancelado. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Recurso de Ofício remetido ao Conselho de Recursos Fiscais com fundamento no art. 751 da Lei Complementar nº 004/92.
2. Não cabe recurso de Ofício quando a decisão de primeira Instância desonera o contribuinte de crédito tributário que, atualizado monetariamente à época da decisão não atinja o valor de R\$1.106,66. (art. 114 da LC 043/97) (alterado valor de UFIR para R\$, conforme art. 6º da LC 070/2000)
3. Auto de Infração/multa valor inferior ao previsto na Lei.
4. Negado conhecimento do recurso.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa mantida.

Recurso não conhecido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 19 de abril do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0082A/2017

Conselheiro Relator: *Waldemar Alves Lopes*

Recorrente: BIOLÓGICA COMERCIAL E MANIPULAÇÃO MEDICAMENTOS

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso de Ofício processo nº: 0.040.293/2016-1 de 18/04/2016

Auto de Infração/Multa nº 49318 (TN nº 10392)- SMS - Valor: R\$512,76

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Rosbeck Bucair, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Irone Galindo Cademartori; 3. Robson Pereira dos Santos; 4. Jair Alves da Rocha; 5. Rosbeck Bucair e 6. Luiz Mário Massad Gomes da Silva.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dra. Juliette Caldas Migueis

Cuiabá, 24 de abril de 2017

Rosbeck Bucair

Presidente da Turma

Waldemar Alves Lopes

Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de abril do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0083/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **CAFÉ E PROSA ALIMENTOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0.003.415/2016-1 de 13/01/2016

Auto de Infração/Multa nº 48071 (TN nº 9582; 9247 e 9248)- SMS - Valor: R\$ 2.332,20

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Processo nº 0003415/2016-1. Recurso Voluntário. Constatada não conformidades em relação a legislação sanitária. Irregularidades apontada através dos Termos de Notificação nº. 9.247. Providências parcialmente adotadas. Infringência do art. 196 da Lei Complementar nº 004/1992 c/c RDC 216/04/ANVISA. Penalidade aplicada prevista no art. 721 c/c art. 755, VI do mesmo diploma legal. Presunção de legitimidade e veracidade. Fundamentos apresentados não são suficientes para elidir o auto de infração.. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. A autuada em nenhum momento nega a existência das irregularidades, limitando-se a justificá-las, não junta provas que possam contestar as irregularidades.
2. Agentes de fiscalização no exercício de suas funções gozam de "Presunção de veracidade" até prova em contrário.
3. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
4. Não se observa nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração ou fundamento de fato e de direito capaz de demonstrar a necessidade de alterá-lo ou invalidá-lo.
5. Decisão de 1ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de abril do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0083/2017

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **CAFÉ E PROSA ALIMENTOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0.003.415/2016-1 de 13/01/2016

Auto de Infração/Multa nº 48071 (TN nº 9582; 9247 e 9248)- SMS - Valor: R\$ 2.332,20

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Jesse Rodrigues de Arruda Barros ; 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal e 4. Vitor de Oliveira Tavares.

O Conselheiro Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente.

A Conselheira Marli de Paula Vilella se absteve de votar por se dar por impedida.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 27 de abril de 2017


Pedro Marcelo de Simone

Presidente da Turma


Samuel Barrem da Silva

Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de abril do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0084/2017

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MULLER**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0.000.878/2016-1 de 06/01/2016

Auto de Infração/Multa nº 49148 (TN nº 7248)- SMS - Valor: R\$ 12.593,88

EMENTA

DECISÃO DE 2ª INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. Recurso Voluntário. Constatada não conformidades em relação a legislação sanitária. Irregularidades apontada através dos Termos de Notificação nº. 7248. Preliminar argüida afastada. Teoria da aparência. Infração de forma continuada. Não providenciou a correção das não conformidades. Não realizou a qualidade interno dos testes. Infringência do art. 196 da Lei Complementar nº 004/1992 c/c RDC 216/04/ANVISA. Penalidade aplicada prevista no art. 721 c/c art. 755, VI do mesmo diploma legal. Presunção de legitimidade e veracidade. Fundamentos apresentados não são suficientes para elidir o auto de infração. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. Preliminar de nulidade por incorreção da forma de notificação do auto de infração afastada em virtude do art. 743, I da Lei nº 004/92 determina que a ciência do AI pode ser atestada por preposto da autuada, conforme ocorreu no presente caso.
2. Aquele que presta serviço a sociedade empresária está habilitado a praticar atos em seu nome.
3. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta do autuado, Tabela 01 não prevê o valor pecuniário da penalidade do art. 79, no entanto consta ao final da Tabela que a qualquer infração não detalhada na LC 004/92 deve-se aplicar a penalidade de R\$466,44.
4. Alegação de "bis in idem" em virtude das penalidades aplicadas afastada, cada conduta infracional foi penalizada de forma individualizada.
5. Recorrente confessa muitas das irregularidades apontadas no Auto de Infração e aquelas que combateu deixou de trazer aos autos documentos comprobatórios aptos a relativizar a "Presunção de veracidade e legitimidade" do ato administrativo combatido.
6. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica.
7. Não se observa nenhuma irregularidade formal ou material no auto de infração ou fundamento de fato e de direito capaz de demonstrar a necessidade de alterá-lo ou invalidá-lo.
8. Decisão de 1ª Instância Administrativa que excluiu os itens 2; 11 e 12 do auto de Infração/multa deve ser mantida.
9. Devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o montante de R\$11.194,56 (onze mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos)

Recurso conhecido e improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de abril do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0084/2017

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MULLER**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Recurso Voluntário processo nº: 0.056.846/2016-1 de 06/01/2016

Auto de Infração/Multa nº 49148 (TN nº 7248)- SMS - Valor: R\$ 12.593,88

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Samuel Barrem da Silva e 3. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal.

O Conselheiro Jose Edemir Moreira Fernandes apresentou voto divergente e o Conselheiro Jesse Rodrigues de Arruda Barros acompanhou.

A conselheira Marli de Paula Vilella se deu por impedida, abstendo-se de votar.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sonia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 27 de abril de 2.017




Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SESSÃO PLENÁRIA

Sessão do dia 25 de abril do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0085/2017

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MULLER**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Pedido de Reconsideração no processo nº: 0.099.233/2015-1 de 18/09/2015

Auto de Infração/Multa nº 15436 (Cont. 15437; 15438; TN n. 23267;23271) -SMS - Valor: R\$466,44

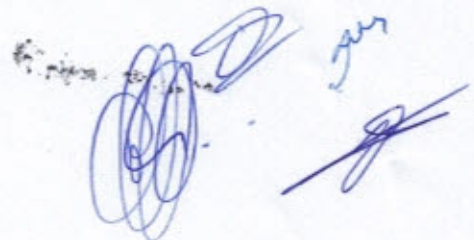
EMENTA

DECISÃO PLENÁRIA. Pedido de Reconsideração do Julgamento da 2ª Instância Administrativa. Notificação válida. Decretada a Revelia. Reputa-se verdadeiros os fatos alegados pelo autuante. Afastada nulidade do Termo da Revelia. Previsão legal. Auto de infração mantido. Decisão de 1ª Instância ratificada.

1. O artigo 743, I da Lei complementar nº 004/1993 é claro ao determinar que a ciência do auto de infração pode ser atestada por preposto da autuada, da exata forma como ocorreu no caso em concreto.
2. Superior Tribunal de Justiça com fundamento na teoria da aparência, tem entendido pela validade da citação/notificação realizada através de preposto que se apresenta como representante da sociedade empresária e assina o documento de recebimento.
3. Aquele que presta serviço a sociedade empresária está habilitado a praticar atos em seu nome e caso não fosse o responsável pela realização da defesa administrativa, tem o dever de encaminhar para o setor competente.
4. Decretado revelia em 2ª Instância nos termos do art. 753, §4º da LC 004/92.
5. Decisão de 1ª e 2ª Instância Administrativa declarando válido e subsistente o auto de Infração/multa deve ser ratificada
- 6.

Pedido de Reconsideração conhecido e improvido.

Decisão Plenária do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SESSÃO PLENÁRIA

Sessão do dia 25 de abril do ano de 2017

Acórdão e Ementa nº 0085/2017

Conselheiro Relator: *Vitor de Oliveira Tavares*

Recorrente: **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MULLER**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá - SMS

Pedido de Reconsideração no processo nº: 0.099.233/2015-1 de 18/09/2015

Auto de Infração/Multa nº 15436 (Cont. 15437; 15438; TN n. 23267; 23271) -SMS - Valor: R\$466,44

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião plenária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Jair Alves da Rocha, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Pedido de Reconsideração, nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª e 2ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Neide Maria Loureiro Joaquim Vidal; 3. Irone Galindo Cademartori; 4. Jair Alves da Rocha; 5. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 6. Waldemar Alves Lopes; 7. Jesse Rodrigues de Arruda Barros; 8. Robson Pereira dos Santos; 9 Jose Edemir Moreira Fernandes e 10. Samuel Barrem da Silva.

A conselheira Marli de Paula Vilella se deu por impedida, abstendo-se de votar.

Presente no julgamento as Representantes Fiscais do Município, Dra. Juliette Caldas Migueis e Dra Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 27 de abril de 2017

Vitor de Oliveira Tavares
Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Migueis

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representantes Fiscais do Município de Cuiabá